



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



RELATOS ORAIS, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO; JULIETA TERESA AIER DE OLIVEIRA;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - SP - BRASIL

caprilbeijaflor@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

RELATOS ORAIS, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

O presente trabalho tece algumas considerações sobre a utilidade e importância dos relatos orais como forma de captar a diversidade de representações que moradores de bairros rurais guardam sobre seu local de morada, seu trabalho na agricultura e as transformações do mundo rural. Esses relatos podem tanto retratar as reminiscências de antigos moradores como exprimir o que as gerações que estão entrando agora no processo produtivo pensam de sua prática. Um estudo cuidadoso desses relatos pode fornecer pistas importantes para o desenho

de propostas de desenvolvimento endógeno, participativo ou local. O trabalho apresenta alguns dos depoimentos colhidos no bairro rural denominado Peitudo, no município de Ouro Fino – Minas Gerais

Palavras-chave: relatos orais, memória coletiva, desenvolvimento endógeno, agricultura familiar.

Abstract

The article presents a few considerations about the utility and importance of oral testimonies as a way to capture the diversity of representations that inhabitants of rural neighborhoods keep about their locality, their work in agriculture and the transformations in the rural environment. These testimonies can both portray the memories of older dwellers as express how the generations now entering the productive process see their practice. A careful study of these testimonies can provide important cues for the design of endogenous, participative or local development proposals. The article presents some of the testimonies collected at the rural neighborhood named Peitudo, in the town of Ouro Fino – Minas Gerais

Key Words: oral testimonies, collective memory, endogenous development, family farming

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho deriva transversalmente da pesquisa de doutorado “Um Pé na Roça outro na Cidade. A agricultura familiar no município de Ouro Fino – MG”. Como não raro acontece o pesquisar numa direção apontou possibilidades e despertou o ensejo de explorações que, embora complementares, não fazem parte do corpo principal da pesquisa inicial, voltada para a análise da importância econômica e cultural da agricultura familiar no município de Ouro Fino, Minas Gerais.

Se pensarmos a agricultura como uma construção social, cuja organização prática depende dos atores envolvidos (VAN DER PLOEG, 1994, p.1), toda pesquisa sobre a arte de cultivar os campos é em última instância uma pesquisa social e como tal torna-se um objeto histórico, ou seja, fruto de uma sociedade que existe num determinado espaço com formação e configuração específicas. Faz parte das sociedades humanas que, nas palavras de Minayo (1998, p.13), “... *vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído*”.

Foi a procura do elo entre a realidade atual e o passado da agricultura familiar num dos muitos bairros rurais de Ouro Fino, através de relatos colhidos entre seus habitantes mais antigos e não tão antigos, que nos levou a questionar sobre a importância e a função dos relatos orais, compreendendo tanto as memórias dos agricultores mais idosos como a forma como o bairro e suas transformações foram e são percebidos pelos moradores. Nos parece que tais relatos não apenas podem ser utilizados como um dos instrumentos na análise de sistemas agrários, mas são importante material para o desenho de propostas de desenvolvimento endógeno dentro de uma realidade onde o rural e o urbano se encontram em profundo processo de transformação. Transformações essas que segundo Graziano da Silva (1997) traduzem-se no esfacelamento das linhas anteriormente consideradas demarcatórias dessas duas realidades. Para o autor tanto o meio rural se urbanizou nas últimas décadas em consequência do processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano no espaço tradicionalmente tido como rural como o próprio trabalho urbano já não se

reproduz segundo a lógica fordista característica de décadas anteriores. Também é cada vez mais significativo o número de habitantes de áreas rurais que se dedica à atividades não agrícolas, e usufrui de uma economia rural baseada em bens e serviços não necessariamente ligados à agropecuária.

Na medida em que o campo adquire outras vocações além da produção agrícola, configurando o que vários autores denominam de “novas ruralidades”, o meio rural aparece como capaz de atrair outros interesses sociais, notadamente aqueles relacionados com qualidade de vida e conservação ambiental, num processo que Wanderley (2000, p.97) define como “*resignificação de suas funções sociais*”.

E no contexto desse universo não mais exclusivamente agrícola, qual seria o papel e função do conjunto de práticas e tradições guardadas na memória de agricultores que vivenciam e são parte dessas transformações?

Esse trabalho passeia, portanto, sobre diferentes temas. Em primeiro lugar está a crença na agricultura familiar como aquela mais capaz de criar e preservar a diversidade de paisagens e tradições do mundo rural. Em segundo o reconhecimento da importância da abordagem sistêmica no estudo das interações que ocorrem entre as dimensões social, econômica e ambiental durante o processo de produção agrícola. E finalmente a valorização dos relatos orais como instrumento de construção da história de uma localidade a partir das experiências individuais de quem viveu num determinado meio físico e conjuntura sócio-econômica. Mas não menos importante nos parece a necessidade de explorar como melhor utilizar as memórias e os significados atribuídos à história local como importante recurso endógeno para o desenho de propostas de desenvolvimento.

A pesquisa de campo que dá aporte a esse trabalho realizou-se nos meses de janeiro e fevereiro de 2008 no bairro rural denominado Peitudo, localizado no município de Ouro Fino, no sul do estado de Minas Gerais. Foram feitas 12 entrevistas semi-estruturadas com habitantes do referido bairro de idade variando entre 33 e 93 anos. Os entrevistados representam três das famílias mais antigas e importantes do bairro. Paralelamente, dados sobre o município e sobre o bairro Peitudo foram colhidos junto ao escritório local da Administração Fazendária, Prefeitura Municipal e registros do Centro Pastoral Dom Paulo II.

2 - SOBRE RELATOS E RELATADORES

A ida a campo nas ciências sociais representa o momento de contato e coleta de informações com o grupo estudado. Para tanto foram desenvolvidas um conjunto de técnicas que variam do questionário fechado ao diagnóstico participativo. Dentro desse variado universo de possibilidades, destacam-se os relatos orais e histórias de vida como forma de “...registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado”(QUEIROZ, 1988, p.14)

Enquanto técnicas de estatística servem para validar pesquisas quantitativas, o caráter pessoal dos relatos orais, embora correndo o risco de apresentar um excesso de colorido subjetivo, “humanizam” os dados coletados, emprestando-lhes um caráter qualitativo talvez de menor precisão matemática, mas não de menor valor informativo.

Atualmente a maioria das pesquisas sociais se vale do duplo benefício dos dados colhidos oralmente e da consulta de diferentes fontes escritas de informação. O mesmo ocorre nas pesquisas de sistemas agrários. Mas em muitos desses trabalhos, principalmente aqueles de maior enfoque econômico, fica a impressão de haver faltado um olhar mais cuidadoso aos significados e representações atribuídos pelo grupo estudado às transformações na paisagem, maneiras de trabalhar com a terra e animais, formas de sociabilidade dentro do grupo familiar e entre vizinhos, enfim, aquilo que poderíamos chamar de “aspectos subjetivos do coletivo”.

A escolha de um objeto de estudo nas ciências sociais demanda, de saída, que o observador passe a olhar o grupo escolhido como um *outro* de alguma forma distinto de si próprio, e do qual pode se distanciar o suficiente para estudá-lo o mais objetivamente possível. Diferenças culturais, entendidas como diferenças na forma simbólica como grupos distintos organizam suas experiências e ações (SALINS, 1997, p.1) são um dos instrumentos utilizados nas ciências sociais para a demarcação entre um *eu* pesquisador e um *outro* pesquisado. No entanto, a utilização do construto cultura como divisor de águas entre grupos sociais incorre no perigo de tratar o grupo estudado como sendo homogêneo, e não sujeito, ele também, a apresentar diferenças significativas entre seus subgrupos constituintes.

Tendo em mente essas premissas básicas, buscamos escolher os informantes do bairro rural pesquisado levando em conta diferenças de idade e gênero dentro de três dos grupos de agricultores familiares mais antigos e importantes daquela localidade. Outros recortes poderiam igualmente ter sido escolhidos como, por exemplo, os diferentes arranjos produtivos, a posse ou não dos meios de produção, a disponibilidade de mão-de-obra familiar, a pluriatividade e assim por diante.

A escolha de moradores idosos, no caso duas senhoras com 93 e 84 anos e um senhor com 90 anos, levou em conta serem os velhos “... *a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara*” (CHAUÍ in BOSI, 1994, p.18). De modo geral, pode-se dizer que no meio rural os idosos sofrem um grau menor da segregação social a que são amiúde submetidos. Mesmo desconsiderando que no Brasil rural de hoje a aposentadoria dos mais velhos representa um aporte financeiro fundamental para a manutenção da família e muitos netos são criados pelos avós, é fácil perceber em visitas à campo como o idoso continua inserido, ainda que em menor grau, nos afazeres de uma propriedade rural familiar. São, portanto, não apenas guardiões da memória de paisagens que já não existem e de práticas que caíram em desuso, mas continuam emprestando sua força de trabalho para a manutenção da família.

Quando a comunidade rural guarda traços de uma sociabilidade realizada em longas horas de conversas “para passar o tempo”, o idoso com suas histórias e memórias ainda encontra um espaço para ser ouvido. Práticas que fogem a racionalidade técnica imposta pela modernização da agricultura costumam ser explicadas com frases do tipo “Os antigos diziam que ...”. Portanto, recorrer à memória “dos antigos” traz o duplo benefício do longo intervalo de tempo vivido, e de lembranças acumuladas de uma agricultura realizada em épocas em que a interação homem-natureza no meio rural não estava ainda permeada e intermediada por tecnologias e técnicos da chamada agricultura moderna.

Para Ecléa Bosi (1994, p.49), o idoso por estar menos sujeito às pressões do cotidiano de seu grupo social/familiar faz da arte de lembrar um constante exercício mental: “... *o velho carrega em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória, que já se fez prática motora.*”

A mesma autora discorre sobre as diferenças entre a obra de Henri Bergson, defensor da lembrança como sobrevivência do passado em sua forma pura e de Maurice Halbwachs, estudioso das relações entre memória e história pública e da interação entre o ambiente e a qualidade da memória. Para o segundo teórico a memória individual está amarrada à memória do grupo, que por sua vez está ligada à tradição, que é a memória coletiva da cada sociedade (BOSI, 1994, p.55).

Discorrendo sobre os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, Michael Pollack (1992, p.200) define a primeira como “... *os acontecimentos vividos pessoalmente*” e a segunda como “...*os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer*”. Mais adiante o mesmo autor completa que a memória individual e coletiva

não é constituída apenas por acontecimentos, mas engloba da mesma forma pessoas, personagens e lugares.

Para Pollak não existe diferença significativa de credibilidade entre a fonte de informação oral e escrita, pois “ *Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é*” (POLLAK, 1992, p.207), e, portanto, o pesquisador deve utilizar-se de filtros críticos em relação a todos os tipos de fontes.

Os relatos orais nos parecem importantes não apenas como fonte válida de coleta de informações, em especial aquelas negligenciadas pela história oficial, ou por permitir a percepção do coletivo através de experiências individuais, mas também por ressuscitar uma tradição de ouvir e contar histórias que os ritmos e tecnologias da vida moderna estão rapidamente destruindo. Nossa pesquisa no bairro Peitudo usufruiu do encanto das narrativas de quem vivenciou paisagens e modos de vida que já não são e foi também testemunha das inquietações e desejos dos que estão totalmente inseridos na vida produtiva do bairro.

3 – AGRI - CULTURA, NOVAS RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O professor da Universidade de Wageningen, Jan Douwe Van der Ploeg trabalha com a noção de *estilos de produção* como sendo norteadora de processos específicos de trabalho resultantes de opções condicionadas por repertórios técnicos e culturais e lógicas particulares de produção. A prática da agricultura é, para ele, uma construção social cuja organização depende dos atores envolvidos. As estratégias que adotam, a forma como se relacionam com os mercados, com os desenvolvimentos tecnológicos e com as políticas públicas fazem dessa prática um todo altamente diversificado (VAN DER PLOEG, 1994, p.1).

Esse conceito de *estilos de produção* pode incluir também a dimensão da relação única que cada agricultor estabelece com o meio em que está inserido. Essa relação perpassa e transpassa os condicionantes acima mencionados, abrangendo aspectos que vão das qualidades pessoais e intuitivas na “lida” com a terra, que poderiam ser caracterizadas em termos de vocação para o exercício da profissão agricultor, à maior ou menor capacidade de apreensão e apropriação do meio físico, no sentido de ser capaz de “ler” os múltiplos aspectos que compõem sua complexidade. Ou como coloca Brandão (1999, p. 66) “... *o entorno do ambiente que é de fato vivido e representado sempre em função de suas diferentes alternativas de apropriação, transformação e utilidade, na socialização motivada do mundo natural*”.

Poderíamos então concluir que a agricultura é a arte de cultivar os campos mediada por uma rede de relações sociais multifacetada, ou seja, incluindo tanto o que se refere a sociabilidade entre os atores envolvidos, como as relações econômicas e políticas que estabelecem e ainda a forma específica como percebem e interagem com a natureza. Voltamos, por essa via, ao conceito de cultura como uma forma simbólica de ordenação do mundo, particular de cada grupo social, sem contudo negligenciar as diferenças com que cada indivíduo vive e realiza, inclusive na prática agrícola, os códigos culturais da sociedade de que participa. Como bem nos alerta Abu-Lughold (1991) é preciso ter cuidado com a reificação do conceito da cultura para não cair na armadilha da homogeneização ou do congelamento da idéia de diferença implícito no conceito de raça.

Cultura e identidade são construtos que andam de mãos dadas. Quando falamos genericamente de identidade camponesa estamos na verdade nos referindo a um conjunto de práticas, e uma visão de mundo, que ainda que guardando traços em comum, se realiza apenas na particularidade de um grupo social interagindo numa localidade específica. Práticas essas em constante processo de mutação, acelerada sobremaneira nos dias atuais com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Com a crescente urbanização do mundo rural e

a famigerada modernização da agricultura, o que distingue comunidades rurais de suas parceiras urbanas? Talvez a principal diferença ainda esteja na forma particular de trabalho demandada pela prática agrícola. Trabalho esse que “... acontece na convivência cotidiana com o meio ambiente imediato que precisa ser apropriado, socializado e transformado em produto econômico do trabalho que garanta a reprodução tanto da família como do próprio sistema produtivo” (BRANDÃO, 1999).

A atividade agrícola difere ainda das demais atividades econômicas por apresentar um grau de incerteza e risco impossíveis de serem completamente eliminados. Por mais que avancem as tecnologias, o produtor agropecuário está, ao fim e ao cabo, sujeito aos “humores” da natureza, ou seja, está inserido num contínuo processo de transformações que intercala ordem e desordem, estabilidade e mudança, nascimento e morte. Ao caos provocado por uma tempestade segue-se o equilíbrio e ordenamento presentes nos processos naturais. Essa alternância, cujo saldo é obviamente positivo ou já teríamos todos perecidos de fome, faz com que no agricultor alternem-se também os momentos de desânimo e esperança. Várias das falas de agricultores entrevistados em nossa pesquisa de campo revelam uma relação de subordinação aos ditames da natureza, provocando alterações na organização do sistema produtivo.

A memória dos moradores de uma localidade rural é uma memória agrícola, marcada por lembranças de geadas, secas, colheitas, plantio e abandono desse ou daquele cultivo ou de diferenças na forma de cultivar a terra, formando um conjunto mnemônico que ajuda a marcar a passagem do tempo.

Para Remmers (1998, p.33) o sistema social inclui também, ainda que parcialmente, o sistema biofísico. Mesmo que esse último engendre suas próprias relações e crie suas próprias propriedades emergentes, elas não necessariamente passam pela mediação da percepção humana, ou seja, podem não ser conhecidas. Portanto o único contexto físico que *realmente* existe para o ser humano e influencia seus planos e ações é a parte de um todo complexo que ele conhece e reconhece através da interação com outros seres humanos.

A rede de conhecimentos que deriva e permeia as interações entre os membros de uma comunidade fica guardada na memória coletiva e individual acabando por se tornar um elemento caracterizador daquele grupo. Segundo Pollak (1992, p.204) “... a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

E qual a importância desse sentimento de identidade para o desenho de estratégias de desenvolvimento endógeno?

Para Van der Ploeg (1994, p.2) o desenvolvimento endógeno assenta-se principalmente, ainda que não exclusivamente, nos recursos locais tais como suas potencialidades ecológicas - e aqui vale a ressalva de ser esse contexto apenas parcialmente conhecido – força de trabalho, conhecimentos, formas locais de associação entre produção, consumo e mercado, e assim por diante. Para diferenciar o que seria o desenvolvimento endógeno do desenvolvimento local, Remmers (1998, p.6) ressalta que o endógeno “... contrai uma conotação de algo muito especial, muito ‘de dentro’ que é, opinamos, mas forte do que a que tem local”. ‘Local’ se usa com frequência para se referir a um desenvolvimento que se situa em uma determinada entidade geográfica, sem explicitar o controle sobre a direção do desenvolvimento. “Endógeno” necessariamente se refere a elementos locais, sendo estes o ponto de referencia, “a vara com que se mede” o curso que toma o desenvolvimento.”

Acrescentando outro elemento nessa discussão sobre desenvolvimento local e endógeno, acreditamos ser importante lembrar que, como coloca Wanderley (2000, p.97) “Nas sociedades modernas o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do

dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘resignificação’ de suas próprias funções sociais”.

Nossos informantes do bairro rural pesquisado atestam para o crescente aumento do número de chácaras e sítios pertencendo a moradores de cidades como São Paulo e Campinas (SP) que adquirem essas propriedades principalmente para uso recreativo. Essa nova população urbana dentro do espaço rural cria por um lado oportunidades de emprego, sobretudo na figura do caseiro, e por outro “...no momento em que esses novos estratos passam a ocupar esses espaços, quando se começa produzir bens e serviços para essa população, eles passam também a disputar a representação do que é considerado rural com a população preexistente” (PIRES, 2004, p.173).

Para Wanderley (2000, p.100) no confronto de interesses entre diferentes grupos sociais inseridos atualmente no meio rural, três posições centrais se enfrentam: a sua destinação produtiva, o rural como espaço de residência e lazer e o meio rural como patrimônio ambiental “...a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não.”

Acreditamos importante acrescentar também que o potencial econômico da crescente valorização do turismo rural, além de adicionar uma nova destinação para essas áreas, abre espaço para o questionamento da importância da preservação do ambiente não apenas natural, como também do ambiente social formado por costumes e tradições que correm o risco de desaparecer, engolidos pelo rolo homogeneizador da modernização. E nesse sentido torna-se cada vez mais pertinente conservar o patrimônio representado por uma memória coletiva forjadora de uma identidade local.

A título de conclusão dessa breve e incompleta análise sobre a importância do tecido social, passado e presente, quando do lançamento de novos olhares sobre o mundo rural, vale lembrar que as análises com enfoque sistêmico, cujos bem conhecidos fundamentos teóricos não cabe aqui repetir, apresentam como principal aporte o reconhecimento da atividade agrícola como um *todo* onde interrelacionam-se o solo, as plantas, os animais, a família e demais atores sociais. A nosso ver, o estudo dessa complexidade pode beneficiar-se de uma amplitude de relatos orais para descrever não apenas o que é percebido no presente, mas aquilo que ficou guardado no conjunto das memórias individuais e coletivas.

A seguir faremos um rápido passeio pelo município de Ouro Fino, localizado no Sul de Minas Gerais, antes de embarcar na análise das entrevistas realizadas no bairro rural desse município que atende pelo sugestivo nome de Peitudo.

4 - O MUNICÍPIO DE OURO FINO EM POUCAS PALAVRAS

Por qualquer das vias de acesso que o visitante chegue a Ouro Fino irá se deparar com uma bela paisagem montanhosa entrecortada por resquícios de Mata Atlântica e uma diversidade de campos agrícolas intercalados com pastagens naturais e plantadas. Aqui e acolá sinais de degradação podem parecer “ciscos” aos olhos do observador sensível ao efeito nefasto que a ação antrópica pode ter sobre a natureza, mas no geral o conjunto é bastante harmonioso.

A agricultura familiar prevalece no município e é a nosso ver a grande responsável pela diversidade paisagística. O predomínio da pequena propriedade na estrutura agrária municipal já aparecia num documento da agência local do Banco do Brasil de 1954, como demonstra a figura abaixo.

Município de OURO FINO
-Questionário nº 6-

AGRICULTURA

Número de propriedades:

- até 10 hectares	517 ✓
- de mais de 10 até 50 hectares	467 ✓
- " " " 50 " 100 "	113
- " " " 100 " 500 "	69
- " " " 500 " 1000 "	5
- " " " 1000 hectares	2
	<u>1.173</u>

Figura 1. Distribuição fundiária no município de Ouro Fino no ano de 1954.

Fonte: Agência municipal do Banco do Brasil.

Uma pesquisa realizada no cadastro local do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) demonstrou ter havido pouca variação nessa estrutura, uma vez que dos 2.191 imóveis cadastrados, 1.713 são classificados como minifúndios, 414 como pequena propriedade, 62 como média propriedade e apenas 2 como grande propriedade.

Quando aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo de 1995/96 corrobora com as informações anteriores, tratando-se neste caso de estabelecimentos agropecuários – unidade de gestão – e não necessariamente de propriedade fundiária como são os imóveis rurais.

Tabela 1. Estrutura fundiária do Município de Ouro Fino-MG, 1995/1996.

Área Total (há)	Estabelecimentos	
	Nº	%
Menos de 1	95	5,29
De 1 a 10	839	46,71
De 10 a 50	623	34,69
De 50 a 100	143	7,96
De 100 a 200	64	3,56
De 200 a 500	29	1,61
De 500 a 1000	3	0,17

Fonte: Censo agropecuário de 1995/96.

Historicamente relegada ao segundo plano, coube à agricultura familiar ocupar os interstícios da grande propriedade desenvolvendo estratégias de reprodução que garantiram sua presença e importância durante os diferentes ciclos que marcaram o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

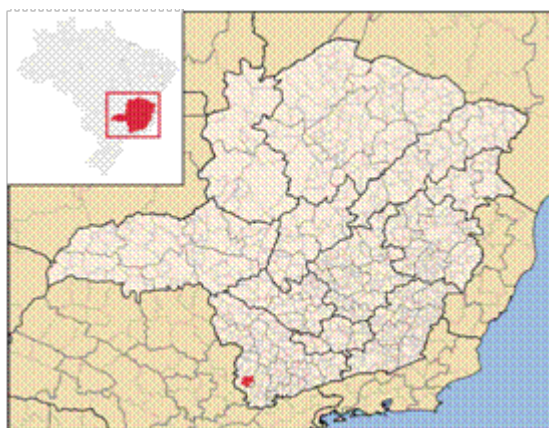
É possível afirmar que, desde sua origem, as unidades de produção familiar no Brasil apresentam um forte caráter regional, se desenvolvendo sob grandes diferenças

edafoclimáticas e com uma forte variação étnico-cultural de seus ocupantes. Essas “diferenças de berço” ajudam a explicar a grande diversidade e heterogeneidade presentes no vasto universo da agricultura familiar brasileira hoje, bem como o amplo leque de estratégias de produção que os agricultores familiares desenvolvem para garantir sua reprodução.

No caso do estado de Minas Gerais, a atividade mineradora contribuiu para o desbravamento de novas terras e incentivou a proliferação do cultivo de gêneros alimentícios para o abastecimento dos recém-surgidos povoados onde se desenvolvia uma modesta atividade manufatureira. Quando arrefeceu o surto mineiro, na segunda metade do século XVIII, muitos dos que tinham se dedicado a essa atividade dispersaram-se pela vasta região conquistada, dedicando-se a uma economia de subsistência, ou mesmo a atividades agrícolas de maior porte. Para Graziano da Silva (1978, p.25):

“Dessa forma, a mineração viveu sustentada por uma agricultura voltada para o mercado interno. Primeiramente, era a agricultura de subsistência composta das pequenas explorações agrárias que sustentavam os primeiros descobridores e mineradores: posteriormente, grandes fazendas vieram a abraçar a atividade agrícola de manutenção. É importante frisar que as pequenas roças continuaram a existir, colaborando com a produção de alimentos”.

Localizada no Sul do estado de Minas Gerais, a região de Ouro Fino foi desbravada por bandeirantes paulistas que a princípio lhe deram o nome de “Beco sem Saída” por estar atravessada por montanhas que formam um divisor de águas de onde, por um lado, origina os primeiros córregos do rio Mogi-Guaçu e por outro, algumas nascentes do rio Sapucaí, como o Mandú (ROMERO, 2000, p. 8).



A história de Ouro Fino começa em 1746 quando bandeirantes em busca de ouro aportaram na região do Vale do Sapucaí, que compreende atualmente o sul de Minas Gerais e o leste de São Paulo.

Figura 2. Localização do município de Ouro Fino no Estado de Minas Gerais.

Fonte: BRASIL (2007).

Atribui-se a Francisco Martins Lustosa – o Guarda Mor Lustosa, a fundação de todas as primeiras freguesias do Sul de Minas. A descoberta de ouro no córrego Santa Isabel em 1749 deu início ao povoado de São Francisco de Paula de Ouro Fino e de uma disputa pela região entre a Capitania de São Paulo e a da Minas Gerais que só seria resolvida definitivamente em 1937.

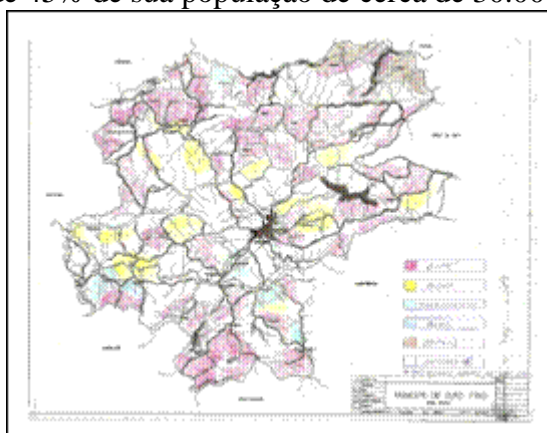
Findo em pouco tempo o escasso e fino ouro, a economia da região voltou-se para a agropecuária, caracterizada no começo do século XIX pela presença de gado, trigo, cana de açúcar e chá. Segundo Rossi (1981, p.132), *“Em 1860 a zona rural da Freguesia de São Francisco de Paula de Ouro Fino já se apresentava, mais ou menos povoada, com fazendas de lavoura mista e criação bem montadas”.*

Mas foi a cultura do café, introduzida por volta de 1874, que propiciaria o desenvolvimento econômico da região. Na mesma época começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos, embora a liberação da imigração para Minas Gerais só tenha se dado em 1895. Estima-se que vieram para a região 450 famílias, ali instaladas principalmente entre 1895 a 1913. Atualmente o Círculo Italiano do município calcula que em torno de 60% da população ourofinense tem alguma descendência italiana. Tanto a cultura do café como o empreendedorismo dos imigrantes contribuíram para o desenvolvimento regional. Rossi (1981, p. 170) atesta que entre 1907 e 1917, Ouro Fino foi a cidade que mais progrediu no Sul de Minas e o centro cultural e comercial mais importante da região.

Consta que em 1909, o governo estadual desapropriou 610 alqueires que foram posteriormente doados ao Governo Federal para que ali se instalasse uma colônia de imigrantes denominada Núcleo Colonial Inconfidentes. A área foi dividida em 250 lotes, de aproximadamente 6 hectares, e concedida por um preço aparentemente bastante baixo à colonos alemães, espanhóis, italianos e, em menor número, eslavos. População essa que serviria num primeiro momento de mão-de-obra para as fazendas de café, mas acabaria depois se transformando em produtores familiares.

A partir de 1930, com a queda do café, as grandes fazendas foram sendo paulatinamente desmembradas, até formar a estrutura fundiária já mencionada. É interessante notar que apesar do café ter readquirido sua importância econômica nas últimas décadas, e da recente entrada da cana-de-açúcar na região, não há ainda um movimento de reconcentração fundiária.

Apesar de ter perdido parte de seu território inicial com a emancipação dos municípios de Inconfidentes e Monte Sião, Ouro Fino é um dos maiores municípios da região Sul do Estado de Minas Gerais, com uma área de aproximadamente 590 quilômetros quadrados,. Em torno de 45% de sua população de cerca de 30.000 habitantes vive na área rural.



Um distrito e 57 bairros rurais funcionam como pequenos pólos produtivos que tanto guardam entre si semelhanças como apresentam características específicas.

Figura 3. Limites e principais culturas do município de Ouro Fino.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Fino (2000).

O café aparece como a principal cultura de mercado, podendo ser encontrado em diferentes arranjos produtivos, onde é forte a presença da meação. Dentre as culturais anuais, o milho funciona como um “coringa” que atende tanto às necessidades de consumo da família como, em alguns bairros de topografia mais plana, é importante fonte de aporte financeiro. Outros cultivos como o alho, o arroz e o feijão, ou já perderam a importância econômica que tiveram no passado ou destinam-se sobretudo ao autoconsumo. Nos últimos anos foi formada no município uma Associação de Produtores Agroecológicos que se dedica à produção de café e hortaliças orgânicos.

5 - O BAIRRO PEITUDO NA MEMÓRIA E PERCEPÇÃO DE SEUS MORADORES

Ninguém sabe dizer ao certo de onde vem o nome do bairro. Uns dizem que se deve a um personagem lendário que viveu há muito tempo atrás, e enfrentava todo mundo “no peito”. Outros atribuem o nome a existência de uma montanha com o formato de um seio feminino. O certo é que houve uma tentativa de mudar o nome para Itatiporã, mas “não pegou”, por estar a alcunha Peitudo já consolidada pelo uso, muito embora alguns moradores se envergonhem do nome, como atesta Dona Isabel: *“Eu não falo que moro no Peitudo. Acho tão feio esse nome”*.

O bairro é uma das mais antigas povoações do município de Ouro Fino. Os primeiros registros sobre sua fundação se encontram no Segundo Livro do Tombo, que pertence ao acervo do Centro Pastoral João Paulo II. Nesse documento consta que em 1891, os moradores Francisco Ignácio e António Bueno levantaram um cruzeiro num local que destinaram para ser o largo da futura capela de São Sebastião. Em 1894 começou a construção da capela com a imagem do santo, que foi benta pelo vigário de Ouro Fino em 1901. Hoje transformada em Igreja, ela é o monumento central do pequeno bairro.



A Igreja onde se encontra a imagem de São Sebastião, santo padroeiro do bairro e a praça em torno da qual gira a vida comunitária do Peitudo

Por sua topografia mais plana, o bairro é o principal produtor de milho para o comércio local. É também um dos que congregam as maiores propriedades do município. Pelos cadastros de produtores rurais do escritório local da Secretaria de Estado de Fazenda, existem naquela localidade, 79 proprietários, 12 parceiros, 10 arrendatários e 12 comodatários. Esses dados, no entanto, referem-se apenas aqueles produtores cadastrados, ou seja, os que em algum momento necessitam tirar nota fiscal ou acertar o cartão de vacinação de animais. Pode, por isso, não refletir o total de produtores do bairro.



O bairro Peitudo é um dos mais ricos do município de Ouro Fino. Com uma topografia menos acidentada, é hoje um importante produtor de milho para o comércio local.

Figura 6. Vista geral do bairro Peitudo, Município de Ouro Fino – MG.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

A população do bairro gira em torno de 1.300 pessoas concentradas nas 120 casas no seu núcleo “urbano” e espalhadas pelas propriedades rurais circunvizinhas. Nesse núcleo urbanizado encontram-se ainda, três mercadinhos, um posto de saúde com enfermeira e atendimento médico e odontológico uma vez por semana e uma escola para o ensino fundamental. Os moradores comentam que existe um projeto na prefeitura de Ouro Fino de passar o bairro para distrito num futuro próximo. Mas ninguém parece estar bem certo das vantagens que essa passagem pode representar.

“Estão querendo passar para distrito para fazer um loteamento. As vezes eu torço para passar, mas também as vezes eu penso que o dinheiro vai mas não volta” (D. Isabel)

Esse sentimento de espoliação em relação ao poder público aparece também quando se trata de conservar os 6 km de estrada de terra que dão acesso ao bairro e na cobrança da energia elétrica pela mesma taxa urbana. Num bairro como Peitudo o rural e o urbano adquirem um contorno ainda mais difuso, fazendo seus moradores se sentirem prejudicados quando são submetidos às tarifas públicas urbanas, mas sem receber os benefícios correspondentes. Ou seja, continuam sendo vistos como atores políticos secundários.

“Aqui as vezes fica uma buraqueira, ai brigam e eles (prefeitura) mandam jogar umas terras. Mas é serviço de qualquer jeito” (D.Célia)

Nessa primeira fase da pesquisa de campo nos concentramos em dois questionamentos: a maneira como os entrevistados percebem as transformações no bairro e as mudanças na paisagem e na forma de produção.

Embora em várias falas apareçam referências à moradores que deixaram o campo e foram para a cidade, o bairro Peitudo cresceu muito nos últimos anos em consequência da entrada de “gente de fora” vinda originalmente do norte de Minas, mas com passagem por São Paulo ou Campinas. As explicações para essas vindas variam, apoiando-se ora nas possibilidades de trabalho e principalmente de reprodução da condição de produtor rural, ora na possibilidade de construir uma casa no “terreno do santo”, isso é, na área que é da Igreja e era dada em doação para a construção das casas. Possibilidade essa que já não existe uma vez que as casas tomaram todo terreno disponível, chegando até a divisa dos sítios.

“Veio muita gente aqui para o bairro por que aqui se planta alho, tomate, milho, feijão, café. Então é um lugar que se produz bastante. Eu creio que é por isso que as pessoas estão vindo para cá.

A maior parte é do Norte. Do Norte de Minas. Tem também cearense. Muitos de São Bernardo do Campo. Aqui o pessoal vem e não compra terreno. O terreno é da Igreja. Pede um pedaço e faz a casa. Só que não fica sendo o dono do terreno, só é dono da casa. Mas agora não tem mais espaço, encheu tudo. Só vai até aquele milho. Ali já é sítio. Aquele outro milho também. O pedaço de construir (da Igreja) dá uns três alqueires (7,2 ha). Mas pegaram muita beirinha. Comeram um pouco dos sítios. Muda a cerca. É do santo mesmo! O santo aqui é muito bom". (D. Isabel e D. Amália)

Dentro dessa população incorporada mais recentemente na vida produtiva do bairro é possível distinguir duas categorias distintas – os, na sua maioria aposentados, que se tornaram proprietários rurais e buscam no campo a segurança e qualidade de vida perdida nas cidades e os que vieram para vender sua força de trabalho nos arranjos de pseudo parceria para o plantio de tomate.

"Esses tomateiros que planta tomate são sempre gente que vem de fora. Quando começaram falaram que era de ameia. Mas agora parece que o homem paga eles por mês, ou pela quantidade que planta" (S. Lázaro)

"Em volta aqui tem muito sítio. Mas geralmente é só gado. Não produz. Tem bastante gente que mora aqui. Veio de São Paulo para morar aqui. Às vezes tem parente que mora aqui, vem visitar, fica morando. Geralmente aposenta vem morar na roça, quer um lugar mais tranquilo" (D.Célia)

A presença dessa nova população causa sentimentos distintos nos também distintos temperamentos dos moradores antigos. Para os mais extrovertidos o bairro ficou melhor por que ficou mais movimentado, e esse movimento inclui telefone fixo, ônibus, etc. Já para outros predomina um sentimento de estranheza.

"Tem gente aí que eu nem conheço. Passa na rua e eu não sei quem é. (D.Amélia)

"Tinham dois coretinhos na frente da Igreja onde a banda de música tocava. Arrancaram para fazer a praça. Era mais bonito antes". (S. José)

Já entre os mais jovens é unânime a opinião de que o bairro melhorou, e ficaria ainda melhor se fosse todo calçado e com boa estrada de acesso.

Até a década de 1930 do século passado, predominava no bairro Peitudo as grandes fazendas de café. Com a quebra do café muitas dessas propriedades foram desmembradas em sítio menores.

"Aqui era tudo cafezal. Esse mato que você está vendo antigamente era tudo café" (D. Aurora)

"Era uma fazendona, sabe. Depois acharam difícil vender, repartiram em sítios". (D. Amélia)

Uma das principais famílias do bairro, de origem italiana, conseguiu passar da condição de colono para a de proprietário pelo arranjo oferecido por alguns cafeicultores de trocar o trabalho do imigrante pela possibilidade de cultivar gêneros alimentícios ou mesmo produtos destinados ao mercado nas ruas dos cafezais.

"Formamos café para ela, sabe? Meu pai não cobrou nada de formar o café e tirava de tudo da terra – fumo, milho, feijão. O que tirava era só dele. Depois que nós viemos e comprou pra cá. Papai derrubou muita mata fechada para plantar café". (D. Amélia)

O pai de D. Amélia é um bom exemplo do imigrante empreendedor que conta com a força da mão-de-obra familiar para operacionalizar a passagem de trabalhador rural para produtor independente.

Nós plantava fumo. Aqui tinha muito fumo. Fazia aqueles rolos de quatro arrobas cada rolo. Fazia 30, 40 rolos. Foi com que nós compramos aqui. Ah, era difícil. Papai judiava da gente. A gente era pequenininha tinha que pular da cama cedinho para segurar corda de fumo. Tinha que balangar criança para dormir. Não, papai não era muito bravo, mas tinha que estar tudo trabalhando”. (D.Amélia)



“Eu ainda sonho que estou trabalhando. Sonho com trança de alho e com rolo de fumo”.
(D.Amélia)

Figura 7. Dona Amélia Muroni, 93 anos, moradora do bairro Peitudo.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

As culturas de fumo e de alho representaram no passado uma importante fonte de renda tanto para propriedades maiores como para aqueles com limitado acesso à terra. Até os anos 1960 havia no município de Ouro Fino vários depósitos de fumo, todos de descendentes de italianos. O alho deixou de ser uma cultura interessante no começo desse século devido a baixa de preço causada pela entrada no país de alho chinês e argentino.

“O alho expandiu mesmo foi de 70 até 2000. De lá para cá ficaram só alguns. Começou a entrar alho chinês. E o argentino. O preço do argentino até que era razoável, mas o chinês era muito barato. E não tinha cheiro de nada. Foi onde caiu o preço do alho”. (S. José)

Hoje a principal cultura em expansão é a cana-de-açúcar que está invadindo terras tradicionalmente cultivadas com grãos. Mesmo que o preço pago pelas usinas nem sempre seja compensatório, muitos pequenos e grandes proprietários da região estão arrendando suas terras para usinas paulistas.

Quando falam do passado, vários relatos dos entrevistados descrevem as dificuldades da agricultura “de antigamente”.

“Não tinha muita agricultura. Não tinha maquinário. Era tudo manual. A gente fazia uns pocinhos e aguava o alho com uns pauzinhos que pareciam um remo”. (D. Maria José)

Com a modernização da agricultura acentua-se também o processo de mercantilização da agricultura familiar. Esse processo representa uma maior inserção e subordinação às regras do mercado tanto no que se refere ao direcionamento da produção para os produtos de maior valor mercantil, como a uma maior dependência da compra de insumos industrializados e do crédito agrícola. Para Van der Ploeg (2006) “....Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminham lado a lado e tornaram-se o núcleo de um novo modelo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização”. Na mesma linha Gazolla (2006) define a mercantilização como “...um processo pelo qual o agricultor passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado”..

No bairro Peitudo, o uso de herbicidas só começou no final da década de 1970, através do incentivo da cooperativa local, que trazia para palestras um funcionário da Bayer. A eliminação da capina manual possibilitou o aumento das áreas com milho e café. Hoje esses cultivos comerciais expulsaram aquelas culturas típicas do consumo familiar.

“A gente plantava bastante feijão. Até no pé de milho chegou a plantar. Hoje não planta nem para comer. Planta feijão. Aqui a gente plantava o mulatinho. Depois começou a dar ferrugem. Ai não plantou mais dele. Plantou só o carioca. E agora nem carioca nem nada”. (D. Maria José)

Uma das formas em que se manifesta a mercantilização das relações sociais no Peitudo é o fim de tradições como os mutirões que costumavam juntar até 80 pessoas para trabalhar e comer e depois dançar. Embora ainda exista a prática da troca de dias de serviço, também esta se torna cada vez mais rara.

“Hoje o pessoal só vem trabalhar pagando. E mesmo assim é difícil arrumar quem venha. Eu tenho saudades do tempo em que a gente fazia mutirão e juntava aquela gente toda”. (D. Maria José)



“Hoje eu agrado o moço para ele vir trabalhar. Ele diz que vem na segunda-feira, mas não vem nada”.

*“Tudo o que eu consegui, foi com o trabalho. Aqui não tem nada herdado”
(S. José António)*

Figura 7: Senhor José António da Silva, 90 anos, morador do bairro Peitudo

Fonte: Pesquisa de campo (2008)

Essa saudade do que Brandão (1999, p.172) denomina de “...*contínuo oposto discreto entre o **negócio** e a **reciprocidade**; entre o circuito do lucro e o circuito da gratuidade; entre a lógica do mercado de bens através das pessoas e a ética da sociabilidade entre pessoas por meio de bens*” pode ser uma das muitas tradições que os relatos orais poderiam ajudar a recuperar no meio rural.

6 - CONCLUSAO

Que a leitura que os moradores de uma dada localidade fazem de sua realidade, os problemas que identificam e as soluções que propõem, é fundamental para o desenho de propostas de desenvolvimento endógeno e local, ninguém questiona. No entanto, acreditamos que ainda cabe indagar sobre o papel e o potencial de relatos orais e histórias, ainda que parciais, de vida para a compreensão e recaptura não só de tradições, mas também de habilidades e conhecimentos, que podem desempenhar um importante papel de fomento de um sentimento de pertencimento, no sentido de afinidade e comprometimento, com um meio rural que é *lócus* de morada e trabalho.

O material coletado em campo é rico de pormenores que a primeira vista podem passar despercebidos, mas que com uma escuta cuidadosa vão formando o corpo de uma realidade permeada por razões, coerentes ou não ao nosso olhar, que formam o cerne explicativo para a compreensão do(s) porquê(s) os agricultores fazem o que fazem. Por quais cálculos econômicos e códigos sociais tomam suas decisões optando por essa ou aquela tecnologia, esse ou aquele cultivo ou criação.

Nossa pesquisa de campo encontra-se ainda no início e muito temos que aprofundar essa e outras análises do diversificado universo da agricultura familiar, que mesmo quando limitado apenas a um bairro rural parece infinito de possibilidades.

7 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABU-LUGHOD, Lilá. Writing Against Culture. In FOX, R. (Org.) **Recapturing Anthropology**. Santa Fe, School of American Research Press, 1991
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas. Ed.Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992..
- ALMEIDA, Jalcione. Enfoque Sistêmico: populismo metodológico ou caminho para uma melhor apreensão da complexidade do real? In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M.. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.
- BERDEGUÉ, Júlío; ESCOBAR, Germán. Nuevas direcciones del enfoque de sistemas para la modernización de la agricultura campesina de América Latina.. In: BERDEGUÉ, Júlío A.; RAMÍREZ, Eduardo (Comp.). **Investigación con enfoque de sistemas em la agricultura y el desarrollo rural**, RIMISP, Santiago do Chile, 1995.p. 13-43.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**, São Paulo.Companhia da Letras, 1994
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRUMMER, Anita, A Exploração Familiar no Brasil. In LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**. Campinas SP. Ed. da Unicamp, 1993, pág. 179-234
- BUAINAIN, António Marcio; GUANZIROLI, Carlos; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BÁNKUTI, Ferenc Istvan: Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira. In

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio: **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**, São Carlos SP, Edufscar, 2005.

CANUTO, João C. Política de Pesquisa com Enfoque Agroecológico como Resposta aos Riscos Sócios-Ambientais da Convencionalização das Agriculturas Ecológicas no Brasil. In **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Botucatu. FCA/UNESP (CD ROOM), 2001

CASTRAL, E. **Enfoque de Sistemas na Programação da Pesquisa Agropecuária**. Brasília. IICA, 1980.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os Trabalhos da Memória. Apresentação. In BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**, São Paulo. Companhia da Letras, 1994

CHAYANOV, Alexander V. **La oragnización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1974. 341p.

GUANZIROLI Carlos Henrique, CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**, Brasília. MDA/INCRA, 2000

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília Vol. 45 – N. 02 – Abri/Junho 2007, pág.301-328

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968

GUIVANT Julia S. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento rural Sustentável. In **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. EMBRAPA/Brasília. Vol.14, No.3, Set/Dez 1997, pág. 411-448

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**. Campinas SP. Ed. da Unicamp, 1993.

LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro Fino**. Rio de Janeiro. Gráfica Sauer. 1994

MATURANA Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. Campinas : Editorial Psy II, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social. In MINAYO, Maria Cecília de Souza(Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998

MOREIRA, Ruy, **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo, Brasiliense, 1990

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Políticas de assentamentos: s desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. 2004. 280 f. Tese (Doutorado) ., Utrecht, 2004.

OLIVEIRA, Julieta T. A de. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção**. 2000. 284p. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PIRES, André. **“Novas” ruralidades, “velhas aspirações”: reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP)**. Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 12, n.2, Rio de Janeiro, 2004

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992, vol.5

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. **Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”**. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo. Vértice 1988.

REMMERS. Gaston G.A., **Com Cojones y Maestria**. Amsterdam. Thela Publishers. 1998.

ROMEIRO, José Peres. **O café em Ouro Fino (MG)**. São Paulo. Ed. Ceres. 2000

ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino**. Belo Horizonte, 1981

SAHLINS, Marshall . O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um objeto em extinção”. Mana, Estudos de Antropologia Social. Vol.3. N.1 e N.2, 1997

SCHMITZ, Heribert. Abordagem sistêmica e agricultura familiar. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M.. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 19-52.

SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2006, pág 7 -12

SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasants Societies**, England, Peguin Books, 1971

SILVA NETO, Benedito. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In:MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 81-104.

SILVA NETO, Benedito; BASSO David. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ujuí; Ed. Unijuí, 2005

SILVA, José Graziano . **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. Maio 1997

SILVA, José Graziano(Org.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo. Huitec,1978

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2006, pág. 13-54

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Markets, and Agricultural Production**. USA. Westiew Press, 1990.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Born from Within. Practice and Perspectives of endogenous Development**. The Netherlands.1994

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos – Sociedade e Agricultura. Outubro, 2000, no.15, pág. 87-145

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno: BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.